



## 27 "REVOLUÇÃO NÃO SE FAZ NA UNIVERSIDADE" (\*)

Florestan Fernandes era professor catedrático do Departamento de Ciências Sociais da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, de onde foi compulsoriamente afastado por força do Ato-5. Com uma vasta obra de artigos, ensaios e livros, leciona atualmente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ele foi entrevistado esta semana para analisar o tema da Universidade e Ato-5.

Conter o pensamento do professor em nove laudas de jornal é sempre uma violência. Contra quem faz a matéria, e sobretudo contra o professor. Foi preciso reduzir e sintetizar o que é vivo, fluido e abrangente.

E não foi bastante restringir o tema às conseqüências do AI-5 na vida acadêmica. Claro, porque para Florestan Fernandes a universidade não está desligada de um contexto da sociedade de classes, com todas as tramas que isto reproduz. Nem, portanto, de uma perspectiva clara que o intelectual deve ter como parâmetro: a integração de seu trabalho com os problemas da maioria da população. "É preciso se unir ao povo e enfrentar os problemas comuns dentro de uma ética que não seja elitista, que seja a imersão

(\*) Entrevista feita e ordenada por Prado Jr. e Olgária Matos, *Em Tempo* (ano II, n.º 41, 11 a 17/12/1978).



dentro dos problemas mais graves do homem comum”.

Vamos à conversa:

— *O ano de 1968 na Universidade de São Paulo foi marcado por intensa movimentação política: a luta dos excedentes, a morte de Edson Luís, a tomada da Faculdade de Filosofia, os cursos livres de férias, as comissões paritárias, a guerra com o Mackenzie. Num final de tarde na Rua Maria Antônia, totalmente tomada por estudantes, um alto-falante na Faculdade de Filosofia tocava a Internacional. Nesse clima de euforia não faltaram gritos entre o movimento estudantil, o corpo docente e a congregação da Faculdade. Como é que o senhor se colocava naquela ocasião?*

Naquela ocasião eu tinha uma posição de apoio total ao movimento chamado de reformas de estrutura, de oposição à ditadura. Foi um dos momentos de minha vida que lutei de maneira mais tenaz e aberta contra o regime que tinha se instaurado em 64. Lutei o ano de 68 todo.

Só que, no plano interior da Universidade, eu tinha um pequeneno atrito com o movimento estudantil. Eu o apoiava inteiramente, mas discordava no fato de achar que o problema não era interno à Universidade. Tratava-se de lutar fora da Universidade. Inclusive eu dizia que a revolução não se fazia dentro da Universidade, que a Universidade de todos os países era uma instituição conservadora. Ao mesmo tempo, eu era a favor das mudanças pretendidas pelo movimento estudantil, que era o único processo que estava ocorrendo em desafio aberto à ditadura.

Quer dizer, o atrito vinha mais daquilo que você chamou de euforia. Eu era contra essa euforia. Acho que, na luta política, é preciso ter uma visão mais concreta nas relações entre meios e fins. Nós não vivíamos numa sociedade democrática, na qual seria possível desafiar o regime existente na base do berro. Era preciso um esforço de organização, que não foi tentado. O que eu temia que acontecesse foi justamente o que aconteceu. Nós facilitamos o caminho da reação e acabamos sofrendo uma amarga derrota.

Em 1968, já vínhamos perdendo força. Basta comparar as diferentes demonstrações públicas. No Rio de Janeiro chega-se a uma manifestação com mais de 150 mil pessoas. No fim não conseguimos levar nem trinta ou quarenta mil. Em São Paulo,

começamos com trinta mil e, na última manifestação, na Praça Ramos de Azevedo, tínhamos umas cinco mil pessoas, quando muito. Isso quer dizer que estávamos perdendo o apoio, não por falta de potencialidade para se obter o apoio, mas porque as mensagens que foram levadas à massa da população eram mensagens que não despertaram esse apoio. Eram alienadas e estavam totalmente distantes da realidade. Desde logo, não acho suficiente dizer: “o povo no poder”. Isso não é mensagem. E foi exatamente por causa dessa falta de substância política que o movimento se desgastou e, no fim, não tinha mais uma linguagem capaz de servir de base de luta contra o regime.

— *Depois vieram as aposentadorias compulsórias...*

Começa quando uma comissão de professores foi indicada pelo Conselho Universitário, por iniciativa do reitor Gama e Silva. Ele foi o “herói” da proposta e a USP tem essa “honra” de ser a Universidade que constituiu uma comissão com três professores catedráticos do Conselho Universitário para elaborar uma lista de expurgo. O que, a meu ver, é um procedimento tipicamente nazista.

— *Como o senhor reagiu pessoalmente naquele episódio?*

Nós estávamos numa luta contra o regime. Eu tinha de receber aquilo como alguma coisa que estava na previsão. Agora, a aposentadoria foi uma idéia mistificadora, porque destilou a ilusão de que não se estava realmente punindo. Porque, se um professor é aposentado, ele ganha condição depois para trabalhar melhor. Não se dizia que a maioria dos professores praticamente ficou com uma aposentadoria mínima. Eu tinha vinte e cinco anos de trabalho na USP, por isso contei com uma aposentadoria razoável. Mas havia outros professores que nem sequer tiveram ocasião de pleitear coisa alguma. Uma maioria, que não chegou mesmo a ser punida formalmente, foi eliminada e ninguém se lembra deles.

Aí está o maior prejuízo, porque a Universidade perdeu substância de crescimento gradual. Estes eram os elementos que representavam, então, um patamar novo. O processo de desenvolvimento da Universidade não cessou por isso, mas, de qualquer maneira, o prejuízo em termos de perdas humanas foi muito grande.



— De que forma o AI-5 teria contribuído para a destruição de projetos acadêmicos de orientação crítica e para o rebaixamento do nível de ensino e pesquisa na Universidade? Enfim, o AI-5 foi ou não um marco na repressão da intelectualidade brasileira?

Aí é preciso considerar duas coisas. De um lado, é claro que o AI-5, em relação à vida intelectual, trazia uma tentativa de esmagar os intelectuais independentes. De submetê-los à tutela do espírito conservador. Mas, na verdade, há intelectuais que continuaram dentro da Universidade e de outras instituições, e nem por isso deixaram de ser o que eram. Estes travaram uma batalha inglória porque, como não foram punidos, não foram os "campos" das causas que defendiam. Continuaram a lutar como lutavam antes.

De outro lado, todo regime de opressão desencadeia processos antagônicos. Toda situação de extrema tensão obriga as classes sociais a ir ao fundo do poço. Mas nesse processo de ir ao fundo do poço, os grupos que são reprimidos são obrigados a falar de sua mensagem, a lutar por seus fins dentro de um espaço político igual a zero. Essa criação de um espaço político igual a zero é uma criação fecunda. (A gente se faz na tormenta?). Nenhuma tirania conseguiu domar o homem. Se isso fosse possível não haveria história, não é? A primeira ditadura acabava com a história, e nós tínhamos a história natural do homem e não uma história da Civilização. Exatamente por isso é que as universidades continuam. Quer dizer, a Universidade continuou a existir. Os professores continuaram a produzir.

A resistência estudantil não morreu, a luta política em todos os setores sociais não desapareceu, e os setores radicais se tornaram mais congruentes. E isso já é um avanço na sociedade brasileira como um todo. É um amadurecimento da luta de classes. É a consciência da luta de classes. E, também, é o que representa a revolução democrática dentro da cultura. Quero dizer que as bandeiras que foram levantadas em 60 não morreram, e elas se mantêm com uma maturidade maior, com o espírito mais sólido.

— Mas, nestes dez anos em que, os intelectuais de um lado, e o povo de outro, estiveram marginalizados da vida política...

Não há uma marginalização do intelectual como e enquanto intelectual. Há uma marginalização do intelectual que toma posi-

ção. Então, nós fomos marginalizados e excluídos. O que se poderia dizer é que a sociedade brasileira pagou um preço muito alto pela inexistência de um movimento socialista bastante forte. Porque culturalmente, para que o intelectual tenha uma experiência congruente, precisa sair das instituições fechadas. Da chamada torre de marfim. Sair de seu próprio mundo específico para ser posto dentro dos problemas da sociedade em nome dos interesses de outras classes. Ora, isso não se faz no Brasil porque nós não temos um movimento de massas bastante forte. Um movimento sindical consolidado. Não temos um movimento operário com capacidade de atuação política. Não temos um movimento socialista avançado, maduro e capaz de criar tarefas para os intelectuais numa ótica de esquerda. É preciso que você se lembre, um dos manuais importantes de Economia Política é de Rosa Luxemburgo. Foi um curso que ela deu dentro do Partido. Aqui nós não temos isso. Se eu quiser dar um curso, tenho que dá-lo dentro da Universidade. Essa falta de elo entre o intelectual, a luta de classes e o movimento político organizado, faz com que ele gravite solto no espaço.

O intelectual está ligado a interesses de um lado ou de outro. Não é uma categoria abstrata. Mas não existem forças bastante organizadas que o levem a ter posições diante dos problemas concretos e pondo os seus conhecimentos a serviço de causas que não são só suas.

Eu não posso criar sozinho o que não existe. Isso é um processo coletivo. O intelectual ou acaba sendo um prisioneiro das elites hegemônicas das classes dominantes, ou transita em nome de causas que são avançadas, mas não possuem dinamismos próprios. Ao excluir o proletariado, as massas populares, o trabalhador da cena política, o governo ditatorial debilitou, de maneira geral, todos os grupos dissidentes.

— Você não acha que nessas condições haveria possibilidade de alguns intelectuais serem cooptados, conforme você afirma em Circuito Fechado, onde você vê a possibilidade de intelectuais da América Latina serem chamados a resolver os problemas que os militares não conseguiram? Nas condições brasileiras, com a quebra do AI-5 e com a política de conciliação de Figueiredo, não se está abrindo um espaço onde o regime possa cooptar os intelectuais?



Nós estamos dentro de uma sociedade capitalista que é extremamente complexa. Você não pode pensar o capitalismo sem corrupção, e quando você pensa o capitalismo em termos de periferia, em termos de capitalismo dependente, você pensa em corrupção elevada à quinta potência...

Fala-se em corrupção no Brasil, no México, no Paraguai como se fosse coisa de países subdesenvolvidos. Mas os corruptores, de onde vêm? Vêm das classes dominantes destes países, mas vêm também do Exterior. Das grandes potências. Das multinacionais. E por aí a fora... E como o parâmetro são preços dos países avançados, é difícil resistir a esse preço. E muitos intelectuais da periferia, que parecem muito sofisticados, muito revolucionários, são sofisticados e revolucionários entre aspas. Estão sintonizados nessa orquestra.

Vocês vão ver. Por enquanto estamos lutando contra um regime despótico, depois vamos lutar contra as ambigüidades dos que se venderam. Alguns se venderam por quarenta dinheiros. Outros, por mais, mas se venderam.

— *Existe um movimento para reinteegrar os professores aposentados compulsoriamente. Como o senhor vê esse movimento?*

Não tenho qualquer necessidade de voltar à Universidade de São Paulo ou a outra qualquer. Se hoje dou aulas na PUC, é apenas para exercer um dos meus papéis. Mas eu não vejo isso como uma coisa essencial. Toda essa experiência me levou a ver que os problemas centrais estão fora das instituições universitárias e estão dentro da sociedade. São problemas que dizem respeito à dominação imperialista e à hegemonia burguesa. Portanto, não vejo o problema como o de uma volta à Universidade. Eu nunca abandonei as causas pelas quais lutei. Eu não desertei daquelas causas e não vejo a minha volta como uma retomada da "normalidade". Não existe isso. Inclusive, alguns dos trabalhos mais importantes que fiz, foram feitos depois da minha exclusão da USP e enquanto me achava isolado em minha casa. Ou seja, depois que havia abandonado a carreira intelectual no plano acadêmico. No Canadá, depois de um ano como professor contratado, foi-me oferecido *tenure* e poderia ter ficado para sempre na vida universitária. No entanto, dois anos depois, demiti-me, sem qualquer motivo aparente. Nos Estados Unidos ou no Canadá, uma pessoa que faz isso passa por louco... Possuía um

cargo muito bom, com todas as condições imagináveis de trabalho, bem remunerado e com todo o prestígio. E voltei para não ser nada aqui. Para continuar trabalhando nas condições que eu consegui criar aqui, dentro deste escritório. A minha vida continuou a mesma. O que quer dizer: não desertei das nossas causas. Não preciso da Universidade para ser intelectual e cumprir minhas tarefas como eu as vejo. Penso que os meus colegas, que passaram pelas mesmas experiências, também conseguiram construir o seu nicho pessoal. São verdadeiros nichos porque cada um de nós teve que criar uma montagem, para sobreviver. Por isso, digo com orgulho que não preciso da Universidade para sobreviver. Vários colegas meus quiseram saber porque eu havia abandonado o meu lugar na Universidade de Toronto. É uma hipótese. Mas respondi que quis demonstrar que não preciso da Universidade de São Paulo. Uma resposta que poderia parecer orgulho, empáfia. Porém, quase sempre essas explosões verbais possuem um significado profundo. É uma tentativa de mostrar que a minha rebeldia sobreviveu por outros meios, e que tem outro solo histórico. E esse solo não está dentro da Universidade.